**DIVERSIDADE, ALTERIDADE E AFRODESCENDÊNCIA NA PRODUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA AFROBRASILEIRA.**

SOUSA, Kássia Mota

Professora Adjunta do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

kassiamota@gmail.com

Resumo

Este ensaio esboça uma tentativa de sistematização de reflexões e discussões que tem como objetivo pensar a pesquisa, a produção e o ensino de História em diálogo com as categorias: diversidade, alteridade e afrodescendência, e os desafios e perspectivas que tal tarefa impõem. O texto em estilo ensaístico dialoga com alguns autores, mas, traz como elemento principal as reflexões acumuladas por nós ao longo da trajetória de pós-graduação, mestrado e doutorado em educação das relações étnico-raciais, sendo assim, caracteriza-se por uma prosa. Metodologicamente o texto está seccionado em 03 (três) momentos específicos: 1. Quando pensamos na categoria Diversidade; 2. Trazemos a tona a questão da alteridade na produção e ensino da História e num terceiro momento; 3. Apresentamos a Escola Afrodescendente e sua perspectiva epistemológica de pesquisa e ensino de História das populações afrodescendentes. Neste trabalho esboçamos nossa compreensão sobre o fazer e ensinar história contribuindo para que as populações afrodescendentes contem e escutem suas histórias nos espaços escolares, para tal, sugerimos mudanças epistemológicas e metodológicas que permitem uma mudança acerca da “centralidade” do fazer histórico.

Palavras-chave: Ensino de História; História Afrobrasileira; Afrodescendência.

Considerações iniciais

Este ensaio é uma tentativa de sistematização das reflexões e discussões ocorridas durante a X Semana Nacional de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, no Centro de Formação de Professores – CFP, no Campus de Cajazeiras, em setembro de 2018. Na oportunidade fui convidada a participar de mesa e senti-me desafiada a pensar sobre Ensino de História e a questão da diversidade, deste exercício surgiu o texto em tela, que expressa reflexões (ainda) parciais e tem como objetivo pensar a pesquisa, a produção e o ensino de História em diálogo com a categoria “diversidade”, e os desafios e perspectivas desta tarefa.

O texto em estilo ensaístico dialoga com alguns autores, mas, fiel a sua origem, uma atividade de palestra, traz como elemento principal as reflexões acumuladas por nós ao longo da trajetória de pós-graduação, mestrado e doutorado em educação das relações étnico-raciais, sendo assim, caracteriza-se por uma prosa, mais do que, propriamente um texto teórico.

Metodologicamente organizamos a nossa fala naquele evento, e agora, neste texto, em 03 (três) momentos específicos: 1. Quando pensamos na categoria Diversidade; 2. Trazemos à tona a questão da alteridade na produção e ensino da História e num terceiro momento; 3. Apresentamos a Escola Afrodescendente e sua perspectiva epistemológica/metodológica de pesquisa e ensino de História das populações afrodescendentes.

Diversidade em questão

Primeiro, gostaríamos de pensar acerca da categoria diversidade, categoria ampla e importante, também complexa. Ora, quando dizemos diversidade, quando nos propomos a pensar o “ensino de história e diversidade”, estamos nos referindo ao ensino da história de quem? diverso de quem? São os traços de uma formação historiográfica eurocêntrica, que sugere que ao colocarmos a luz da reflexão a História de povos indígenas, afrodescendentes, ciganos estamos construindo a história do diverso a mim, a nós, porque a nossa formação é eurocêntrica, a nossa história, desde a divisão periódica da história em pré-história, idade antiga, média, moderna e contemporânea, é *eurocentrada*, então o que deveria ser a nossa própria historia, tornou-se, convencionou-se ser a historia da diversidade, esta é uma primeira questão. Neste sentido nos utilizamos aqui deste termo “diversidade”, mas, entemos que há uma intenção de construção e ensino da história de nós, povo afrodescendente, indígena, sertanejo, quilombola... assim, é só a partir de uma proposta investigativa, de pesquisa, acadêmica, curricular que perceba a urgência e complexidade da diversidade para o ensino de história é que torna-se possível, de fato, esta reflexão a respeito do termo diversidade.

E por que elenco esta questão “diversidade” como sendo a primeira questão para minha reflexão aqui, porque meu comprometimento teórico e acadêmico é justamente com o ensino e a história de nós, minha produção investigativa parte do processo de afirmação identitária, reconhecimento de um “vazio” historiográfico acerca das minhas origens étnicas, ascendência, para a necessidade de escrita, e assim, fazer e ensinar a história da população afrodescendente.

É importante notar que há aqui uma compreensão teórica, acadêmica diferenciada. Vejam que não defendo uma “neutralidade no fazer-ensinar história”. Não acho que seja possível esta neutralidade. Toda pesquisa, surge de uma escolha, que em primeira ou última instância é sempre pessoal, a gente pesquisa e escreve sobre as questões que nos são caras.

A questão é só que até o presente momento a população afrodescendente, as chamadas minorias, sujeitos da diversidade não haviam chegado até os bancos da universidade, então, não tínhamos tido a oportunidade de “escolha”, estou usando o verbo no pretérito, mas, de fato, a chegada do povo afrodescendente na universidade não é algo resolvido, sou professora da disciplina de “Educação e Relações Étnico-raciais e Diversidade” no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e uma questão ainda latente tem sido a posição contrária de alguns alunos em relação as cotas raciais na Instituições de Ensino Superior. Ou seja, questões primárias relacionadas ao direito educacional das “minorias” ainda estão em questão. Então, conscientes de que a universidade é o lugar do saber-poder que está em permanente disputa, nós queremos produzir e ensinar uma história que nos tenha como sujeitos e não objetos, uma história nossa, contada a partir da nossa perspectiva, escrita por nós.

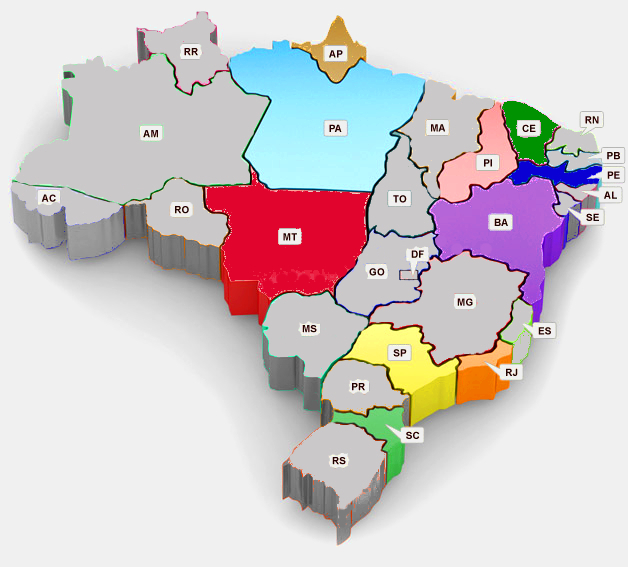
Alteridade como elemento do fazer e ensinar História

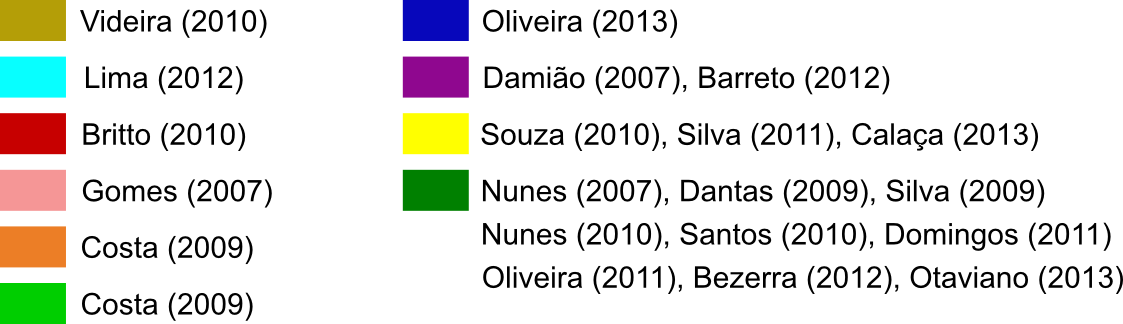
Então, compreendo que chego aqui no segundo momento da discussão, anunciado na introdução, quando proponho que partamos da diversidade para alteridade, e neste processo escrevamos nossa própria história. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão resume, com extrema clareza, vários aspectos da problemática diversidade e alteridade.

O *diferente*é o *outro,*e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o *que*eu sou e nem todos são *como*eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. Por isso o *outro*deve ser compreendido de algum modo, e os ansiosos, filósofos e cientistas dos assuntos do homem, sua vida e sua cultura, que cuidem disso. O outro sugere ser decifrado, para que lados mais difíceis de *meu eu,*do *meu mundo,*de *minha cultura*sejam traduzidos também através dele, de seu mundo e de sua cultura. Através do que há de meu nele, quando, então, o outro reflete a minha imagem espelhada e é às vezes ali onde eu melhor me vejo. Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu (1986, p.7).

Esta construção tem elementos específicos, e gostaria de pensar um pouco sobre eles. A compreensão que aqui esboço não é exclusivamente minha, a Escola da Afrodescendência no Ceará, lugar de minha formação, tem 20 anos de existência, o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, onde me formei tem 60 anos, mas, há 20 tem produzido dissertações e teses que tem a população afrodescendente e indígena como sujeitos de pesquisa.

Há uma concentração importante de produção historiográfica, sociológica sobre temáticas relacionadas a cultura e educação fruto da Escola Afrodescendente do Ceará, na UFC, mas esta produção ela é ampla e variada no contexto nacional.





Fonte: Acervo da pesquisadora[[1]](#footnote-1).

A partir da nossa produção afirmamos uma existência afrodescendente polifônica, cada um de nós é um mundo, do ponto de vista político, para afirmação dos nossos direitos historicamente desrespeitados, somos um grupo, não biológico, como outrora se afirmava, mas sociológico, histórico, social, nós os afrodescendentes, temos uma diversidade na unidade, marcada por nossas trajetórias pessoais.

E a nossa unidade não perde de vista as diversas possibilidades de existência afrodescendente. Quanto aos trabalhos produzidos e mapeados eles estão geograficamente bem distribuídos pelo Brasil, de forma a trazer a tona a diversidade de histórias e vivências pela população afrodescendente: Desde a Comunidade Quilombola do CRIA-Ú em Macapá, através da pesquisa de Videira (2010) até a infância da população de Salvador, a partir dos trabalhos de Damião (2007) e Barreto (2012), e ainda dão conta do Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Piauí e Pará. Sob a perspectiva epistemológica afrodescendente desenvolvemos pesquisas sobre: Cultura, Política, História, Teatro, Matemática, Saúde, permitindo assim a construção de uma ampla e consolidada base de conhecimentos sobre a qual deve estar balizada a escola da equidade social.

E é a partir desta produção, que se desenha um campo epistemológico e metodológico que dá aporte ao meu trabalho de doutorado que é o terceiro momento de `nossa prosa. Por que gostaria de apresentar suscintamente a proposta desenvolvida no doutorado? Por achar que ela é capaz de dar pistas para o ensino e para o fazer histórico das diversidades.

Afrodescendência como marco para fazer e ensinar História

No mestrado adentrei para a discussão étnico-racial com o trabalho “Entre a escola e a religião: desafios para crianças de candomblé́ em Juazeiro do Norte” (2010), que teve como temática a relação entre a criança candomblecista e a escola em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. Buscamos compreender significados e sentimentos que as crianças candomblecistas constroem sobre as suas experiências escolares. Adotamos como metodologias de pesquisa entrevistas individuais e a pesquisa participante. Reconhecendo a importância da atuação das crianças nas pesquisas acadêmicas, optamos por conhecer, ouvir e acompanhar 05 (cinco) crianças candomblecistas do terreiro Ilê Axé Gitofalogi, em Juazeiro do Norte, para adentrarmos em suas experiências escolares, além de ouvir as crianças, realizamos também, entrevistas com adultos da comunidade, com professores, coordenadores e fizemos observações nas escolas onde as mesmas estudavam. A escuta, a observação da realidade, as entrevistas com as comunidades, religiosa e escolar, nos demonstraram que as crianças candomblecistas, por seu pertencimento religioso, são vítimas de discriminações várias. Percebemos que a intolerância religiosa contra o candomblé́ e religiões de matrizes africanas são mais um mecanismo de reprodução da ideologia do racismo. Realizamos uma reflexão sobre a realidade escolar juazeirense a partir da lei 10.639/03, discutimos a ministração do ensino religioso e a presença dos signos de fé́ católica dentro dos ambientes escolares. A análise sobre o ensino vivenciado pelas crianças juazeirenses pesquisadas, denominadas na pesquisa de erês, nos possibilitou concluir que: crianças candomblecistas são vítimas de racismo em suas escolas, sejam elas públicas ou particulares. Seus agressores podem ser professores, alunos, materiais didáticos, bem como, práticas educativas; concluímos também que, o ensino religioso promovido pela secretaria de educação do Estado do Ceará, aplicado no município de juazeiro, se não for criticamente analisado pode constituir-se como mais um espaço para a prática de discriminações múltiplas e intolerâncias religiosas, ao promover o catolicismo, em detrimento de inúmeras outras crenças religiosas às quais as crianças estudantes guardam identidade e pertencimento.

Mas, fundamentalmente ao término da escrita da dissertação havia descoberto uma cidade nova. Sou de Juazeiro do Norte, conhecida como “A terra do Padre Cícero”, contudo, durante a dissertação conheci uma população afrodescendente vigorosa, mais de 20 terreiros mapeados na cidade e dei-me conta que tudo que eu conhecia sobre a cidade, pouco me dizia sobre mim e minhas origens. Assim parti para o doutorado, com a tese “Por onde andou nossa Família: Veredas e Narrativas da História de Famílias Afrodescendentes no Pós-Abolição” (2015), onde buscamos a partir da história da família Sousa, durante meados do século XX e XXI, em Juazeiro do Norte, reconstruímos a história da cidade, demarcando a presença afrodescendente e sua importância no desenvolvimento cultural, urbano de Juazeiro do Norte.

O desconhecimento da minha história afrodescendente tem origem num modelo historiográfico adotado desde a escola primária até o ensino superior marcado pelo racismo, no qual a população negra só́ tem seus registros enquanto escravizadas, após a abolição há a invisibilização das trajetórias desta população. A partir desta compreensão vi transformado o meu “objeto” de pesquisa do doutoramento, resolvi buscar as minhas raízes históricas e neste movimento contar a história da população afrodescendente de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, meu lugar de origem.

Vi o objeto de pesquisa transformar-se em sujeito da pesquisa, aquele que a faz e que a vive também, eu e os meus e nossas histórias vivenciadas durante o período pós-abolição aos dias de hoje.

Durante a construção da tese revisitamos várias questões metodológicas, dentre elas a nomenclatura “objeto da tese” para se referir a temática abordada, em substituição, temos utilizado o termo “sujeitos da tese”, lembrando a definição de sujeito na gramática “Sujeito é o termo que representa o ser sobre o qual se diz alguma coisa. (PASCHOALIN, 2008, p. 237)”167.

Outra característica foi a compreensão do cultural como fator que forma a experiência social, fazendo com que os temas como comportamento social, vivência cultural, experiência, estratégias sociais fossem privilegiados.

É partir desta compreensão a História da População Afrodescendente no Pós-abolição passa a ser uma temática de interesse da Nova História Social, principalmente dado o recorte e as metodologias escolhidas. Realizando uma aproximação com a antropologia, da qual Thompson é o maior expoente, produzindo dentro da tradição marxista britânica “a história vista de baixo”, onde as noções de experiência e cultura estão no centro das análises sobrea ação cultural.

A Nova História Social a partir da perspectiva da história vista de baixo permite uma análise microscópica que revela complexidade e aspectos inesperados, confrontando assim a História “A micro-história tem demonstrado a fabilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos”.

O que realizamos se relaciona com a história social ao defendermos que as histórias precisam vir acompanhadas dos “nomes” dos indivíduos ou dos grupos. Assim, a partir da história vista de baixo de Carlo Ginzburg seria possível através da análise da micro-história a reconstituição do vivido ao tempo que por meio das articulações o historiador identifica as estruturas invisíveis com que o vivido se articula.

Em nossa tese insistimos neste desafio de a partir de narrativa de uma família negra, lançar mão sobre as possibilidades de existência das população afrodescendente no pós-abolição cearense, fazendo o intercâmbio como macro e utilizando de várias possibilidades metodológicas para realizar esta tarefa.

Como Historiadora de formação, sempre me foi desafiador entender o espaço que a História Oficial reservou aos meus (antepassados). A escravidão, nunca me foi um lugar confortável, e tê-la como explicação de origem nunca me bastou. Entender a minha história de família, não passava pelos estudos de escravidão, clássicos da Historiografia brasileira, e ao saber que meu avô paterno fora negro livre, liberdade forjada no ideal de igualdade e liberdade representado pelo Quilombo dos Palmares, e compartilhado por minha família, a mim foi libertador também.

Se esta História me libertava, também me prendia, pois como escrevê-la, diante da falta de registros? A tradição historiográfica valoriza os registros escritos e a eles confere grau de verdade, os documentos têm sido tomados como a principal fonte do trabalho do historiador, são entendidos, como a matéria-prima por intermédio da qual se escreve a História. E os meus antepassados não tinham documentos! Não tinham História!

Foi necessário rever a noção de documento Histórico, entendendo que estes devem abarcar a variedade de marcas e registros produzidos pelas diversas sociedades ao longo do tempo, a partir desta compreensão a memória e a iconografia entra em campo. E como inserir os esquecimentos, o calar, o negar-se.

Os documentos, fotografias, depoimentos permitem às pesquisas elucidarem questões como a forma de vida dos sujeitos em questão. Esta compreensão comum às pesquisas e pesquisadores, levantou uma impossibilidade de realização desta tese e principalmente, uma impossibilidade de compreensão da minha história familiar.

Do uso das biografias e autobiografias, nossa perspectiva de utilização da biografia e da autobiografia, ancorou-se na compreensão de que as individualidades e especificidades são importantes para compreensão da realidade e contribuem para a caracterização de uma atmosfera, contexto que explicaria as próprias especificidades biográficas.

Num primeiro momento, ou nos primeiros anos de doutorado, esta questão foi imobilizadora, engessando o processo de pesquisa, com o caminhar, o amadurecimento e a compreensão de que esta história familiar é particular, pois todas as histórias familiares são particulares, locais e únicas, entendi que precisava construir o meu caminho de pesquisa, trilhar espaços não explorados, se apropriar de categorias ainda não testadas e construir uma metodologia de pesquisa que acomodasse, acolhendo os sujeitos da pesquisa e compreendendo-os.

Os sujeitos da pesquisa, neste caso eu e minha família, não conseguiam avançar nos relatos sobre sua história. Construir nossa árvore genealógica, lembrar os nomes dos avós, pais e irmãos, recordar-se de datas de eventos importantes, nascimentos, casamentos, mudanças de cidades e residências, reconstruir os trajetos de vida e paradelos de familiares, tarefas aparentemente simples, foi muitas vezes, ao longo da pesquisa, impossível de se realizar.

Os sujeitos da nossa pesquisa, comumente relatavam um processo de esquecimento, compartilhado não apenas por eles, mas também por àqueles que os circundavam, para além da família, vizinhos também foram entrevistados, ainda que sem êxito, já que não possuía história memoráveis sobre os meus familiares, dizendo nada ter de importante a lembrar.

A primeira conclusão era de que, os sujeitos de nossa pesquisa não conseguiam avançar nos depoimentos devido aos processos de esquecimento vivenciados. E a segunda foi de que, este processo, relatado por minha tia-avó, meus tios e seus vizinhos, não se tratava de um processo biológico, ou natural, e muito menos imparcial, compreendemos ser mais uma consequência dos processos de racismo por eles vivenciados.

Para esta conclusão, resgatar a perspectiva de memória de Sócrates, exposta por Ricoeur, foi bastante importante, segundo ele “o problema do esquecimento é colocado, como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento da imagem presente a impressão desejada” (37:2007). Uma confusão entre imagem-lembrança ocasionado pela dor que estas imagens provocam, uma ação de autoproteção destes indivíduos que compreendiam que “a lembrança presente daquilo que ele sentiu seja, para ele, que já não a sente mais, uma impressão semelhante àquela que já sentiu uma vez” (RICOEUR, 38, 2007).

Assim, nosso esquecimento se fazia compreensível. Esta perspectiva sobre memória, também respondia a outro questionamento nosso referente às nossas próprias memórias de infância, que por vezes se conflitavam com as memórias de outros que conosco compartilharam as experiências e vivências conosco, parecendo ser nossa memória fantasiosa, mentirosa. Para Sócrates, a opinião verdadeira é um encaixe exato e a opinião falsa, é um “defeito” de ajustamento, “reteremos a ideia dominante, segundo a qual a opinião falsa não reside “nem nas sensações relacionadas umas às outras, nem nos pensamentos, mas nas associações de uma sensação a um pensamento”. Assim às nossas lembranças diversas do fato conforme é lembrado pelos demais protagonistas, se deve a um processo de resistência e também de autoproteção, devido às associações que fazemos sobre sentimentos vivenciados ao fato e a sua lembrança.

A inscrição de todos estes processos, esquecimento, lembrança, memória fiel e infiel sob a influência de experiências dolorosas de racismo, permite mais uma importante conclusão que tornou possível a existência da tese, e a própria existência de nossa família, é que ainda que não tenhamos lembranças, memórias do vivido, existimos! E, portanto temos história.

Assim, tanto a memória fiel, como a memória infiel (imaginação), e os esquecimentos, são para nós elementos de construção da nossa história, foram elementos para a construção da nossa tese, pois são rastros, dão indícios dos processos vivenciados, e a História, segundo Bloch, pretende ser a ciência dos rastros. Estes rastros também elucidam a forma de viver dos afrodescendentes, suas esperanças, dificuldades, a luta pela sobrevivência, as resistências dos negros do ontem.

Para não concluir...

Esta perspectiva afirma a alteridade da produção historiográfica afrodescendente. A partir dela, estaremos construindo a História do Brasil, não escrita em seus 500 anos de nação. E essa História, ainda não escrita faz-nos falta dentro de um sistema educacional racista.

O pós-abolição guarda uma pluralidade enorme de formas de existência da população negra. Nossa história não deve ser generalizada, ao escrevermos esta história incidimos sobre outro dos problemas enfrentados pela população afrodescendente, a superação do estigma da escravidão, o fardo do passado em cativeiro e sua escrita deve agir no sentido de revelar histórias particulares, que ao serem reveladas, em conjunto, comporão a história da população afro-brasileira.

Fazer e Ensinar História da diversidade deve relacionar-se, não, com contar a história do povo negro e sim, contribuir para que o povo negro conte sua história. Esta mudança é paradigmática, não está relacionada apenas com a questão do “lugar de fala”, mas também com a construção de campos epistemológicos e metodológicos novos que permitam uma mudança acerca da “centralidade” do fazer histórico. Nossos marcadores históricos, sociais, educativos, artísticos, de organização social, de memórias e narrativas foram desconsiderados como experiências válidas na construção da sociedade brasileira. E a nossa história foi construída a partir da perspectiva do “outro”, uma história que parte do princípio de produção de um conhecimento acerca de algo desconhecido, distante e diverso do autor.

Assim, afirmamos a importância da afrodescendência na sistematização do conhecimento da população afrodescendente, partindo do nosso olhar, das nossas memórias e narrativas para a construção da nossa história.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BUKER, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2005.

BRANDÃO, CR. **Identidade e Etnia.** S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

CUNHA JR., Henrique. **Nós, afro-descendentes:** história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (org.) História da Educação do Negro e outras historias. Brasília:MEC, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral:** Desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz?CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O Pós-abolição como problema Histórico: Balanços e Perspectivas. In: Revista TOPOI, v5, n.8, jan-jun, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

PASCHOALIN, Maria Aparecida. **Gramática**: Teoria e Exercícios. São Paulo. FTD, 2008.

POLLACK, Michel. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

1. Ilustração desenvolvida em parceria com BRAGA, Anastácio Nogueira, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC. [↑](#footnote-ref-1)